

Brasília estuda a situação cambial

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

A necessidade de definir o mais rápido possível o encaminhamento de uma posição do governo com relação à questão do acerto externo absorve no momento atenção especial nos principais gabinetes da área econômica em Brasília. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, tem tido o cuidado de ouvir os argumentos de seus assessores antes de deliberar sobre a direção mais apropriada a ser seguida pelo País.

O coordenador para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, embaixador Alvaro Alencar, e o consultor especial para Assuntos da Dívida Externa, Paulo Nogueira Batista Júnior, passaram os últimos dois dias reunidos, incommunicáveis, em conversas que se prolongam de manhã até o início da noite. Ontem, no Banco Central, o diretor da Área Externa, Carlos Eduardo de Freitas, dedicou-se a uma longa reunião com os técnicos especializados na área de câmbio, contando com a participação do vice-presidente para Operações Internacionais do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, sem interrupção nem para o almoço. Também estiveram em seu gabinete representantes da Petrobrás.

A situação cambial do País, pelo que apurou este jornal junto a fonte categorizada do governo, foi o tema sobre o qual se debruçou a Área Externa do Banco Central. A posição mais atualizada da disponibilidade de divisas externas em caixa não é conhecida — as últimas indicações apontam para um nível próximo de US\$ 4 bilhões —

, mas existe uma preocupação quanto a um descontrole na área cambial.

Este jornal colheu também a informação de que não se descarta, no governo, a decretação de uma centralização cambial como forma de precaução contra um movimento mais acelerado de saída de divisas do País.

Do ponto de vista puramente técnico, a centralização do câmbio na prática, isso significa que o valor das vendas de moedas estrangeiras celebradas pelos bancos autorizados a operar em câmbio se transforma necessariamente em objeto de depósito em moeda estrangeira no Banco Central, na data de sua liquidação — não chega a ser vista, por técnicos experimentados do Banco Central, como uma medida premente.

O argumento é de que houve, a partir de dezembro, uma melhora nos resultados das operações de fechamento de câmbio no saldo entre exportações e importações, aliviando assim o principal foco de desequilíbrio das reservas internacionais do País.

Outras fontes governamentais, no entanto, não escondem o receio de que os exportadores intensifiquem o retardamento da liquidação do câmbio, movidos pela falta de estímulo ou mesmo pela falta de peças e matérias-primas necessárias à confecção do produto final destinado ao mercado externo. O fluxo das operações de financiamento ao comércio, como se sabe, passa pelas linhas de curto prazo garantidas pelos credores externos e renovadas automaticamente até o próximo dia 31 de março, conforme acerto feito com o governo brasileiro em fevereiro do ano passado.

O banco, ao antecipar o fechamento de câmbio com o exportador, saca de uma linha de curto prazo junto a um banco internacional, cujo vencimento se casa com o prazo do embarque da mercadoria para o exterior. Assim que o produto é desembarcado pelo importador lá fora é feito o depósito equivalente ao valor da compra, e o banco no exterior, e a divisa entra imediatamente para as reservas do país que, por ou-

tro lado, sofrem baixa daquele financiamento de curto prazo tomado para cobrir a operação.

O retardamento da liquidação de câmbio acaba, portanto, amarrando as linhas de curto prazo por período maior do que o previsto, dificultando o fluxo normal das operações de comércio.

Alguns segmentos do governo recomendam que a centralização cambial deve ser introduzida no bojo de um entendimento com os próprios bancos credores.

Para estes técnicos, familiarizados com a comunidade financeira internacional, aquela seria a forma mais indicada para evitar reações indesejadas. A mais imediata, com reflexos diretos sobre as contas cambiais do País, é o bloqueio das linhas de curto prazo, não só de comércio como também dos depósitos interbancários. São linhas que têm vencimento em períodos muito estreitos, algumas delas se renovam automaticamente a cada dia. No mesmo con-

texto, o governo buscaria renovar com os bancos a prorrogação dos compromissos no curto prazo, para garantir uma base mínima do fluxo de caixa do País.

Do ponto de vista político, o governo vê-se pressionado pelo seu próprio partido, o PMDB, no sentido de optar por uma posição mais rígida com relação à dívida externa, em que a centralização cambial é defendida como peça-chave. De qualquer modo, existe a expectativa de que o novo presidente do Banco Cen-

tral, Francisco Gros, venha a realizar nos próximos dias uma viagem aos Estados Unidos para se apresentar à comunidade financeira e tentar alinhar um entendimento provisório. Sabe-se que a tarefa mais árdua do governo, no momento, é a satisfazer a principal preocupação dos banqueiros em torno da falta de definição de um programa econômico do Brasil. Este é o recado que tem sido captado pelo Banco Central, nos últimos dias.